



Lisboa, 23 de Julho de 2018

## COMUNICADO

### QUANDO O TODO É MAIOR QUE A SOMA DAS PARTES

O Movimento Partido da Terra – MPT está seriamente preocupado com o aumento progressivo, ao longo dos anos, de atentados desastrosos à Biodiversidade e às capacidades naturais de sustentabilidade da Natureza em Portugal.

Recentemente têm vindo a lume diversas notícias sobre o abate de árvores de espécies protegidas a preceito dos mais diversos motivos, seja o licenciamento de outros usos do solo, seja o de prevenção dos incêndios florestais ou o da segurança de populações e bens, ou qualquer outro.

As decisões têm sido tomadas unilateralmente, sem qualquer sensibilidade pelos valores em causa e sem o mínimo rigor com os instrumentos de gestão territorial e/ou da legislação em vigor. Esta forma de não-gestão, irracional e sem quaisquer fundamentos técnicos e científicos, tem vindo a colocar em questão a sustentabilidade de ecossistemas únicos e a própria saúde e salubridade públicas e, pasme-se, é a própria população que tem vindo a denunciar alguns destes actos.

Só a título de exemplo, a Câmara Municipal de Setúbal mandou abater mais de mil árvores para prevenir fogos (Junho 2018), em Alvaiázere a zona industrial vai sacrificar dezenas de azinheiras e sobreiros (Junho 2018) e máquinas arrasam árvores e vegetação em zona protegida em Cacela Velha (Julho 2018).

Estas acções criminosas têm vindo a ser perpetradas a mando, ou com a conivência das “autoridades (in)competentes” como o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), outras entidades públicas e autarquias sem qualquer visão integrada da necessidade premente de preservar a biodiversidade e de estabelecer uma relação sustentável entre as comunidades humanas e a natureza, única forma de minimizar as catástrofes ambientais que se avizinham.

Os responsáveis políticos, por incompetência ou por cedência a interesses financeiros imediatos, fazem tábua rasa de “valores” ambientais e são incapazes de prestar qualquer atenção às externalidades positivas que advêm destes, quer directas quer indirectas, colocando em causa a qualidade de vida e a própria saúde pública.

O MPT denuncia o processo de “branqueamento” dos atentados à salvaguarda de valores naturais e salubridade das populações.

Portugal está a passar por um processo de alterações climáticas, e está ainda em rescaldo emocional e ambiental devido aos graves incêndios por que tem passado nos últimos tempos.

A combinação destas duas questões tem levado a atitudes contraditórias por parte das entidades públicas. Em nome da prevenção dos incêndios florestais tem-se pactuado com diversos atentados à biodiversidade onde o abate continuado de espécies protegidas passa inócuo.



Em nome da mitigação das alterações climáticas o Estado, através do seu Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (que vincula directamente entidades públicas) tem por obrigação a promoção e valorização dos serviços dos ecossistemas.

Urge uma tomada de posição ecológico-humana que apoie a tecno-política! Enquanto Movimento Ecologista o MPT tem a capacidade sentir, revoltar-se e apurar tecnicamente quais os instrumentos mais adequados que fundamentam a decisão política.

A posição do MPT é de denúncia e condenação ao constatar que perante a inércia de uns cresce a agressão de outros. O MPT apresenta-se terminantemente contra a forma criminosa com que o Estado tem actuado em nome de uma pseudo-protecção de pessoas contra incêndios florestais e onde a regulamentação actual dá guarida a posições que desvirtuam por completo a mais-valia da intenção.

É urgente um controlo efectivo sobre estes actos de vandalismo ambiental que tornam banal a destruição do património.

É urgente a realização de acções de formação/sensibilização a realizar o mais próximo possível das populações, seja em autarquias, seja em escolas, seja em organizações populares vocacionadas como associações, cooperativas, etc., sobre o que significa limpar/como limpar, o que se pode cortar, onde depositar os resíduos e qual a mais-valia que estes representam para a formação do próprio solo e para a contenção de espécies invasoras.

É urgente um debate sério em torno da floresta e da sua mais-valia enquanto serviço.

É urgente que os proprietários sejam informados dessas mais-valias e de como podem vir a auferir delas.

É urgente que os instrumentos de gestão territorial, à escala municipal, vinculem o proprietário sobre as plantações a realizar em espaços florestais.

É urgente um zonamento das plantações de forma a que o mosaico florestal seja diverso e onde as espécies autóctones (ou as mais adaptadas ao processo de alterações climáticas) retomem o seu lugar.

É urgente fiscalizar e impedir as plantações clandestinas de eucalipto, tendo em conta o efectivo controlo dos afastamentos às linhas/pontos de água, terrenos agrícolas e aglomerados habitacionais.

É urgente que se adopte um modelo através do qual os diferentes proprietários sejam compensados equitativamente sobre as mais-valias do conjunto.

É urgente que as celuloses entrem na compensação dos danos directos que provocam quer nos terrenos vizinhos, quer nas propriedades que abandonam, quer à generalidade da população do país.

É urgente que se faça um inventário das espécies florestais por concelho e se avalie, em definitivo, a percentagem de plantações de eucaliptos no país.

É urgente que se promova um debate sério sobre a propriedade privada e sobre as suas diferentes valências constitucionais ambientais, sociais e económicas.

É urgente agir.

O Presidente da Comissão Política Nacional do MPT